

# MINHA VISÃO SOBRE O NEGRO NA EDUCAÇÃO

**Aloizio R. da Silva**  
**Do Centro de Estudos**  
**Comunitário-Cultural**  
**Afro-Brasileiro/Taubaté/SP**

**P**ertenço ao Centro de Estudos Comunitário-Cultural Afro-Brasileiro de Taubaté, cidade de 220 mil habitantes, aproximadamente, distante 120 quilômetros de São Paulo, onde há uma Universidade com cerca de 10 mil alunos e várias escolas da rede oficial e particular de ensino. Os problemas aqui discutidos são comuns, também, em Taubaté, onde, como Delegado Regional do Conselho da Comunidade Negra temos acompanhado essa realidade através de um trabalho com a comunidade negra da região.

A minha presença neste Seminário se justifica da seguinte forma: a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, juntamente com o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, editou no mês de maio um documento, *Salve o 13 de Maio?*<sup>1</sup>, que questiona exatamente a data comemorativa do 13 de Maio. Recebemos orientação do Conselho para debater com a rede escolar esse documento. Na mesma época, o secretário da Educação, através da Resolução nº 95/86 de 30.04.86, determinava às escolas da rede oficial de ensino que discutissem a questão racial.

Recebemos alguns convites de diretores de escolas de Taubaté para colocar algumas experiências e explicitar como nós, do Movimento Negro, víamos essa problemática.

Durante esses contatos com alunos de 1º, 2º e até 3º graus tivemos algumas surpresas. Por exemplo, foi possível perceber nitidamente a sua ansia em conhecer questões que não são abordadas na escola. Outro fato que nos chamou a atenção, foi a perplexidade de algumas professoras, aliás a maioria delas, à medida que colocávamos os problemas que conhecemos e, que para nós, são corriqueiros. Dissemos, por exemplo, que o 13 de Maio, não é uma data para comemorações e, sim, para reflexão, na medida em que entendemos que os negros até hoje não tiveram uma libertação efetiva. Para nós, a data mais significativa é o 20 de Novembro que evoca a luta de Zumbi no Quilombo dos Palmares. Entretanto, a grande maioria das professoras desconhecia esse tipo de problema. Eu me lembro de ter sido muito questionado por uma professora de História, quando afirmei que o negro brasileiro não tinha história porque o Dr. Rui Barbosa — inegavelmente, uma das grandes inteligências do nosso país — mandou incinerar todos os documentos relativos ao tráfico negreiro, tendo, portanto, uma grande parcela de responsabilidade pela situação atual da comunidade negra no Brasil. A professora me perguntou: “Mas de onde você tirou isso? Eu fiz curso de pós-graduação na USP, estudei História e nunca ouvi falar disso. Você está tirando isso de onde?” Então, vejam vocês, o nível de conhecimento dos professores de História.

Nessas palestras, abordamos os mais variados tipos de problemas, que ocorrem não só no nosso município, mas no Vale do Paraíba que é a nossa região. Discutimos, também, a questão do racismo no mercado de trabalho, citando, inclusive, um fato ocorrido em Taubaté e que choca muito quando é mencionado. Na nossa cidade, um gerente de banco nos informou que tinha ordem expressa da diretoria para não admitir pessoas de cor, quer dizer, negras. Essas são ocorrências que não se pode tornar públicas pois não se têm como provar, mas são fatos que acontecem e que causam uma certa estupefação nas professoras e nos alunos. Deu para sentir, também, nessas palestras, uma disponibilidade da parte dos alunos e dos professores para discutir mais a fundo tais questões. Eles querem saber, conhecer e querem a nossa participação, tanto é que, a partir dessa iniciativa, freqüentemente, temos estado dentro das escolas em Taubaté. Temos, inclusive, nos orientado com o pessoal da área de Educação do Conselho da Comunidade Negra, para que possamos dar um direcionamento adequado a este tipo de trabalho.

1 Texto elaborado pela Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional — ATPCE e Assessoria para Assuntos Educacionais dos Afro-Brasileiros da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, no intuito de dar subsídios aos professores para transformar o “Dia da Abolição” num dia de debate, de denúncia contra o racismo, que ainda é vigente em nosso corpo social.

Gostaria de relatar, também, uma experiência que ocorreu durante a realização de uma palestra sobre a problemática racial, num colégio de Pindamonhangaba. Na platéia, tínhamos crianças a partir de oito anos até adolescentes de 16, 17 anos, professores, pais de alunos, o que compreendia uma faixa etária de até 50 anos. Havia pessoas dos mais variados tipos de formação intelectual. Isso nos causou uma certa preocupação, porque não sabíamos que discurso utilizar. Então, tentamos, de uma certa forma, nos expressar tanto a nível do entendimento de crianças, de adolescentes, como de pessoas de mais idade.

No nosso entender, toda a rede de ensino deveria dar cumprimento às determinações contidas no documento que foi publicado, inclusive, no *Diário Oficial*. A propósito, no dia 16 de junho, escrevi uma carta para a delegada regional de ensino de Taubaté, Prof.<sup>a</sup> Wilma Mantovani Luci. O teor da carta é o seguinte:

*“Prezada Senhora,*

*Na qualidade de Delegado Regional do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, do Vale do Paraíba, órgão esse vinculado à Secretaria do Governo do Palácio dos Bandeirantes, venho à presença de V. S.<sup>a</sup> a fim de expor e requerer o quanto segue:*

*O Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 01.05.86, publicou a resolução SE n.º 95/86, de 30.04.86, em cujos artigos, o Sr. Secretário da Educação institui o dia de debate contra o racismo e dá outras providências.*

*Considerando que Taubaté possui um grande contingente de crianças negras na rede oficial de ensino e, que tal resolução é fruto de sugestões encaminhadas à Secretaria da Educação, pelo Conselho que represento no Vale, solicito as seguintes informações:*

- 1. de que forma esse trabalho foi encaminhado nas escolas estaduais do Vale do Paraíba e, mais especificamente, em Taubaté?*
- 2. quais escolas, efetivamente, realizaram os debates?*

*3. em caso de não-realização, que ou quais motivos impediram o desenvolvimento dos trabalhos?*

*4. não tendo sido tomada nenhuma providência a respeito, pode ainda, esta Delegacia de Ensino agilizar providências no sentido de que se leve o tema às escolas, ainda que extemporaneamente?*

*Sem mais, para a oportunidade, aguardamos a manifestação de V. S.<sup>a</sup> e subscrevo-me com o devido apreço.”*

Devo dizer que esta carta não foi digna de resposta até o dia de hoje. No meu entender, os companheiros e, principalmente, aqueles que são educadores, deveriam se sensibilizar com tal atitude de uma delegada regional de ensino, que não se digna a responder a um documento, que, inclusive, foi escrito em papel timbrado do Conselho. Parece-me que este fato é de fundamental importância e que deve ser muito debatido.

Para finalizar, gostaria de enfatizar que a educação de 1º grau, é de fundamental importância na formação ética, na formação moral, enfim, na formação integral da criatura humana. Entendo que a comunidade negra deve, efetivamente, interferir com muita firmeza nesta área para que nossos filhos, nossos netos, realmente, vivam no futuro uma verdadeira democracia racial no nosso país.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SÃO PAULO (Estado) Leis, Decretos etc. Resolução n.º 95/86 de 30.04.86.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. ATPCE. *Salve o 13 de Maio?* São Paulo, IMESP, s.d.